



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

**PETIÇÃO Nº 508-49.2014.6.00.0000 – CLASSE 24 – SALTO DE PIRAPORA
– SÃO PAULO**

Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Requerente: Marcello Martines

Advogados: Flaviane Batista Barbosa e outros

PROCESSO ADMINISTRATIVO. REQUERIMENTO. RETIRADA DE DADOS PESSOAIS E DECLARAÇÃO DE BENS DO *SITE* UOL. CANDIDATO. VEREADOR. ELEIÇÕES 2008.

1. O Requerente pretende, unicamente, a retirada de seus dados pessoais e declaração de bens do *site* UOL.
2. Ao Tribunal Superior Eleitoral compete apenas decidir a respeito da exclusão de dados pessoais contidos no sistema DivulgaCand, o que significa que a retirada de eventuais informações divulgadas em outros sítios da rede mundial de computadores deverá ser requerida por outros meios legais.
3. Pedido indeferido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em indeferir o pedido, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 23 de setembro de 2014.

Assinatura manuscrita da Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA – RELATORA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA: Senhor Presidente, cuida-se de petição (fls. 2-13) por meio da qual MARCELLO MARTINES, candidato ao cargo de vereador do Município de Salto de Pirapora/SP nas eleições de 2008, solicita a retirada de seus dados pessoais e declaração de bens do *site* UOL, afirmando que “[...] fez a declaração de seus bens à Justiça Eleitoral, sendo que a UOL, empresa requerida, acabou por publicar tais dados na rede mundial de computadores (*sic*) [...]” (fl. 03), causando-lhe prejuízos.

Indica precedentes que, segundo alega, apontam a existência de “limites para a exposição de dados pessoais na internet” (fl. 9), a fim de que não haja violação dos princípios constitucionais da intimidade, privacidade e segurança.

A Assessoria Especial deste Tribunal Superior (Asesp) opinou pelo deferimento parcial do pedido, nos termos da seguinte ementa (fl. 30):

Requerimento de eleitor. Pedido de exclusão dos dados pessoais da internet, fornecidos no momento do registro de candidatura. Eleições 2008. Precedente. Candidato não eleito. Término do mandato para o qual concorreu. Parecer pelo deferimento parcial do pedido. Retirada da declaração de bens. Limitação ao Divulgacand. Sistema de responsabilidade da Justiça Eleitoral.

É o relatório.

VOTO

A SENHORA MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (relatora): Senhor Presidente, como bem destacou a Assessoria Especial deste Tribunal Superior Eleitoral (Asesp) – no parecer de folhas 30-34 –, a Justiça



Eleitoral, por meio do Sistema de Divulgação de Candidaturas¹, disponibiliza no sítio eletrônico deste Tribunal Superior Eleitoral informações relativas a candidatos, tais como nome completo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, ocupação, declaração de bens, entre outros.

A respeito desses dados, esta Corte Eleitoral decidiu, por ocasião do julgamento do Processo Administrativo nº 501-91, da lavra do Ministro DIAS TOFFOLI, pela possibilidade de se retirar do Sistema de Divulgação de Candidaturas informações de candidatos não eleitos, tais como endereço, telefone, *e-mail* e relação de bens patrimoniais, desde que após o encerramento do período de mandato para o qual concorreram. Para confirmar, transcrevo:


PROCESSO ADMINISTRATIVO. REQUERIMENTO DE ELEITORA. EX-CANDIDATA AO CARGO DE VEREADOR. ELEIÇÕES 2008. PEDIDO DE RETIRADA DE DADOS PESSOAIS DO SISTEMA DIVULGACAND 2008 E DE OUTROS SÍTIOS DA INTERNET. FIM DO MANDATO PARA O QUAL CONCORREU. PLAUSIBILIDADE. PEDIDO PARCIALMENTE DEFERIDO.

(PA nº 501-91/PR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, DJE 14.2.2014)

Na oportunidade, consignou-se, ainda, o seguinte:

“Por outro lado, cabe observar que a decisão de exclusão de dados pessoais públicos do sistema DivulgaCand2008 não alcançará as informações que foram replicadas por outros sítios da internet, cabendo aos interessados, nesses casos, buscarem os meios legais necessários para tanto.” (sem grifos no original)

Na espécie, exsurge-se da petição de folhas 2-13, que o Requerente pretende, unicamente, a “retirada dos dados pessoais e declaração de bens [...] do saite (*sic*) precitado” (fl. 13), isto é, *site* UOL.

Dessa forma, não deve subsistir a pretensão de MARCELLO MARTINES, porquanto ao Tribunal Superior Eleitoral compete apenas decidir a respeito da exclusão de dados pessoais contidos no sistema DivulgaCand, o que significa que a retirada de eventuais informações divulgadas em outros 

¹ DivulgaCand é o sistema responsável pela divulgação das candidaturas registradas em todos os municípios do Brasil.

sítios da rede mundial de computadores – dentre os quais se inclui o site UOL – deverá ser requerida por outros meios legais.

Lançadas tais ponderações, **Indefiro** o pedido.

É como voto.



EXTRATO DA ATA

Pet nº 508-49.2014.6.00.0000/SP. Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Requerente: Marcello Martines (Advogados: Flaviane Batista Barbosa e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu o pedido, nos termos do voto da relatora.

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Presentes as Ministras Maria Thereza de Assis Moura e Luciana Lóssio, os Ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, João Otávio de Noronha e Henrique Neves da Silva, e o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Eugênio José Guilherme de Aragão.

SESSÃO DE 23.9.2014.